

FLÁVIO
TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

16^a revista,
atualizada
e ampliada



VOL. **2**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.12.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198d
Tartuce, Flávio

Direito Civil: direito das obrigações e responsabilidade civil / Flávio Tartuce. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9373-3

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito) – Brasil. I. Título.
20-68166 CDU: 347.41(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1	A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL E O CÓDIGO CIVIL DE 2002....	3
1.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos.....	3
1.1.1	Elementos subjetivos da obrigação	6
1.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação	7
1.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação	10
1.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, responsabilidade, ônus e estado de sujeição.....	16
1.3	As fontes obrigacionais no direito brasileiro	21
1.4	Os atos unilaterais como fontes do direito obrigacional	23
1.4.1	Da promessa de recompensa.....	23
1.4.2	Da gestão de negócios.....	25
1.4.3	Do pagamento indevido	28
1.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	32
1.5	Dos títulos de crédito como fonte das obrigações civis. Pequena abordagem.....	37
1.6	Resumo esquemático	39
1.7	Questões correlatas.....	40
	Gabarito.....	43
2	PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES.....	45
2.1	Introdução	45
2.2	Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional.....	46
2.2.1	Obrigação positiva de dar.....	46
2.2.1.1	Obrigação de dar coisa certa (arts. 233 a 242 do CC).....	47
2.2.1.2	Obrigação de dar coisa incerta (arts. 243 a 246 do CC)	56

XIV DIREITO CIVIL - VOL. 2 – Flávio Tartuce

2.2.2	Obrigação positiva de fazer.....	59
2.2.3	Obrigação negativa de não fazer	68
2.3	Classificação quanto à presença de elementos obrigacionais	70
2.3.1	Considerações iniciais.....	70
2.3.2	Das obrigações compostas objetivas.....	71
2.3.3	Das obrigações compostas subjetivas. As obrigações solidárias....	77
2.3.3.1	Regras gerais.....	77
2.3.3.2	Da obrigação solidária ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	80
2.3.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)	87
2.3.3.4	Da obrigação solidária mista ou recíproca	97
2.4	Classificação quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional	97
2.5	Classificação quanto ao conteúdo.....	104
2.6	Classificação quanto à liquidez.....	109
2.7	Classificação quanto à presença ou não de elemento accidental	110
2.8	Classificação quanto à dependência.....	111
2.9	Classificação quanto ao local para cumprimento	112
2.10	Classificação quanto ao momento para cumprimento.....	113
2.11	Outros conceitos importantes. Obrigação <i>propter rem</i> e obrigação natural.....	113
2.12	Resumo esquemático	118
2.13	Questões correlatas.....	120
	Gabarito.....	133
3	DO ADIMPLENTO OBRIGACIONAL – TEORIA DO PAGAMENTO (PRIMEIRA PARTE)	135
3.1	Introdução	135
3.2	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i>	136
3.2.1	Do <i>solvens</i> ou “quem deve pagar”.....	136
3.2.2	Do <i>accipiens</i> ou “a quem se deve pagar”	140
3.3	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto).....	144
3.4	Do lugar do pagamento direto.....	154
3.5	Do tempo do pagamento.....	157
3.6	Resumo esquemático	160
3.7	Questões correlatas.....	161
	Gabarito.....	166

4 DO ADIMPLEMTO OBRIGACIONAL TEORIA DO PAGAMENTO (SEGUNDA PARTE).....	167
4.1 Introdução.....	167
4.2 Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento).....	168
4.3 Da imputação do pagamento.....	177
4.4 Do pagamento com sub-rogação.....	179
4.5 Da dação em pagamento.....	183
4.6 Da novação.....	186
4.7 Da compensação.....	193
4.8 Da confusão.....	201
4.9 Da remissão de dívidas.....	203
4.10 Os novos tratamentos legais da transação e do compromisso (arbitragem).....	204
4.11 Da extinção da obrigação sem pagamento.....	204
4.12 Resumo esquemático.....	206
4.13 Questões correlatas.....	208
Gabarito.....	215
5 DO INADIMPLEMTO OBRIGACIONAL. DA RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL.....	217
5.1 Conceitos iniciais.....	217
5.2 Da mora. Regras gerais.....	226
5.3 Da purgação da mora.....	236
5.4 Do inadimplemento absoluto da obrigação.....	242
5.5 Dos juros remuneratórios e moratórios.....	249
5.6 Da cláusula penal.....	267
5.7 Das arras ou sinal.....	289
5.8 Das preferências e privilégios creditórios.....	293
5.9 Resumo esquemático.....	296
5.10 Questões correlatas.....	297
Gabarito.....	308
6 A TRANSMISSIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. CESSÃO DE CRÉDITO, CESSÃO DE DÉBITO E CESSÃO DE CONTRATO.....	309
6.1 Introdução.....	309
6.2 Da cessão de crédito.....	310
6.3 Espécies ou modalidades de cessão de crédito.....	317

6.4	Da cessão de débito ou assunção de dívida	319
6.5	Da cessão de contrato.....	324
6.6	Resumo esquemático	329
6.7	Questões correlatas.....	330
	Gabarito.....	336

RESPONSABILIDADE CIVIL

7	APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS BÁSICOS.....	339
7.1	Breve esboço histórico da responsabilidade civil. Da responsabilidade subjetiva à objetivação	339
7.2	A responsabilidade pressuposta.....	343
7.3	A responsabilidade civil e o Direito Civil Constitucional	345
7.4	O conceito de ato ilícito	355
7.5	O abuso de direito como ato ilícito	359
7.5.1	O art. 187 do CC. Conceito, exemplos e consequências práticas.....	359
7.5.2	A publicidade abusiva como abuso de direito.....	365
7.5.3	As práticas previstas no Código de Defesa do Consumidor e o conceito do art. 187 do CC.....	368
7.5.4	O abuso de direito e o Direito do Trabalho	370
7.5.5	A lide temerária como exemplo de abuso de direito. O abuso no processo	372
7.5.6	O abuso do direito de propriedade. A função socioambiental da propriedade.....	376
7.5.7	<i>Spam</i> e abuso de direito	380
7.6	Resumo esquemático	385
7.7	Questões correlatas.....	386
	Gabarito.....	388
8	ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU PRESSUPOSTOS DO DEVER DE INDENIZAR.....	389
8.1	Visão geral estrutural	389
8.2	Conduta humana como elemento da responsabilidade civil.....	390
8.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	393
8.3.1	Do dolo.....	393
8.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	394
8.4	O nexo de causalidade	406

8.5	Dano ou prejuízo	429
8.5.1	Danos patrimoniais ou materiais	431
8.5.2	Danos morais.....	447
8.5.2.1	Danos morais × transtornos. A perda do tempo e o crescimento da tese da responsabilidade civil sem dano...	460
8.5.2.2	Danos morais da pessoa jurídica	472
8.5.2.3	Natureza jurídica da indenização por danos morais.....	478
8.5.2.4	Critérios para a quantificação dos danos morais. Algumas tentativas concretas.....	480
8.5.3	Os novos danos. Danos estéticos, danos por perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais ou difusos.....	491
8.5.3.1	Danos estéticos.....	491
8.5.3.2	Danos por perda de uma chance	496
8.5.3.3	Danos morais coletivos	505
8.5.3.4	Danos sociais ou difusos	511
8.5.4	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002	522
8.6	Resumo esquemático	533
8.7	Questões correlatas.....	535
	Gabarito.....	543
9	CLASSIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL QUANTO À CULPA. ANÁLISE DAS REGRAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E CÓDIGO CIVIL DE 2002	545
9.1	A responsabilidade civil subjetiva como regra do ordenamento jurídico brasileiro.....	545
9.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	548
9.3	Principais casos de responsabilidade objetiva consagrados na legislação especial	565
9.3.1	A responsabilidade objetiva do Estado.....	565
9.3.2	A responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor ...	575
9.3.2.1	O Código de Defesa do Consumidor e a adoção do Princípio da Reparação Integral de Danos. O conceito de consumidor por equiparação ou <i>bystander</i>	575
9.3.2.2	A relação de consumo e o princípio da solidariedade (art. 7.º, parágrafo único, da Lei 8.078/1990). Abordagem da responsabilidade civil pelo vício do produto e por fato do produto (defeito), pelo vício do serviço e fato do serviço (defeito)	580

9.3.2.3	As excludentes de responsabilidade civil previstas no Código de Defesa do Consumidor	589
9.3.2.4	Análise do art. 931 do CC e sua confrontação em relação ao Código de Defesa do Consumidor. A tese do diálogo das fontes quanto à responsabilidade civil.....	595
9.3.3	A responsabilidade civil por danos ambientais	600
9.4	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Regras específicas	609
9.4.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta	609
9.4.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal.....	622
9.4.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção	626
9.4.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios	629
9.4.5	A responsabilidade civil objetiva em relação a dívidas	631
9.4.6	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte	638
9.5	Resumo esquemático	650
9.6	Questões correlatas.....	651
	Gabarito.....	666
10	EXCLUDENTES DO DEVER DE INDENIZAR, RESPONSABILIDADE CIVIL E RESPONSABILIDADE CRIMINAL	667
10.1	Esclarecimentos necessários.....	667
10.2	Das excludentes do dever de indenizar	668
10.2.1	Da legítima defesa	668
10.2.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente.....	671
10.2.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	673
10.2.4	Das excludentes denexo de causalidade	677
10.2.5	Da cláusula de não indenizar.....	680
10.3	Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal	685
10.4	Resumo esquemático	699
10.5	Questões correlatas.....	700
	Gabarito.....	702
	BIBLIOGRAFIA	703

FLÁVIO
TARTUCE

DIREITO CIVIL

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS E CONTRATOS EM ESPÉCIE

16^a revista,
atualizada
e ampliada



VOL. **3**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
 - Fechamento desta edição: 26.12.2020
 - O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
 - **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
 - Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro RJ 20040-040
www.grupogen.com.br
 - Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
 - Capa: Fabricio Vale
 - **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.
-

T198d
Tartuce, Flávio

Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie / Flávio Tartuce. – 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
(Direito civil; 3)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9382-5

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito). 3. Contratos Brasil. I. Título.

20-68305

CDU: 347.44(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

1. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Conceito de contrato. Conceito clássico e conceito contemporâneo .	1
1.2 A suposta crise dos contratos.....	5
1.3 A teoria do diálogo das fontes. Diálogos entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil de 2002 em relação aos contratos.....	8
1.4 Elementos constitutivos dos contratos. <i>A escada ponteana</i>	16
1.5 Principais classificações contratuais	22
1.5.1 Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas ou quanto à presença de <i>sinalagma</i>	22
1.5.2 Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	24
1.5.3 Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato	24
1.5.4 Quanto aos riscos que envolvem a prestação	25
1.5.5 Quanto à previsão legal	26
1.5.6 Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. O conceito de contrato de adesão. Diferenças em relação ao contrato de consumo	29
1.5.7 Quanto à presença de formalidades	39
1.5.8 Quanto à independência do contrato. O conceito de contratos coligados.....	42
1.5.9 Quanto ao momento do cumprimento.....	46
1.5.10 Quanto à personalidade.....	46
1.5.11 Quanto às pessoas envolvidas.....	47
1.5.12 Quanto à definitividade do negócio	49
1.6 Resumo esquemático	50
1.7 Questões correlatas	52
Gabarito	55

2. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS – OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	57
2.1 Introdução. O contrato na perspectiva civil-constitucional	57
2.2 O princípio da autonomia privada.....	61
2.3 O princípio da função social dos contratos	67
2.3.1 Análise dos arts. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil. Estudo pontual das alterações promovidas pela <i>Lei da Liberdade Econômica</i> (Lei 13.874/2019)	67
2.3.2 Eficácia interna e externa da função social dos contratos	82
2.3.3 Dispositivos do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil de 2002 consagradores da função social dos contratos	90
2.4 O princípio da força obrigatória dos contratos (<i>pacta sunt servanda</i>)	109
2.5 O princípio da boa-fé objetiva	112
2.5.1 Conceitos básicos relacionados à boa-fé objetiva e à eticidade	112
2.5.2 O princípio da boa-fé objetiva ou boa-fé contratual. Análise do art. 422 do Código Civil	121
2.5.3 A função de integração da boa-fé objetiva. Os conceitos oriundos do direito comparado: <i>supressio, surrectio, tu quoque, venire contra factum proprium, duty to mitigate the loss e Nachfrist</i>	134
2.6 O princípio da relatividade dos efeitos contratuais.....	149
2.7 Resumo esquemático	158
2.8 Questões correlatas	160
Gabarito	170
3. A FORMAÇÃO DO CONTRATO PELO CÓDIGO CIVIL E PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	171
3.1 A formação do contrato pelo Código Civil.....	171
3.1.1 Fase de negociações preliminares ou de pontuação	172
3.1.2 Fase de proposta, policitação ou oblação.....	176
3.1.3 Fase de contrato preliminar	180
3.1.4 Fase de contrato definitivo.....	184
3.2 A formação do contrato pelo Código de Defesa do Consumidor	185
3.3 A formação do contrato pela via eletrônica	192
3.4 Resumo esquemático	197

3.5	Questões correlatas	198
	Gabarito	205
4.	A REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS PELO CÓDIGO CIVIL E PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	207
4.1	Introdução	207
4.2	A revisão contratual pelo Código Civil	208
4.3	A revisão contratual pelo Código de Defesa do Consumidor.....	229
4.4	Resumo esquemático	236
4.5	Questões correlatas	237
	Gabarito	240
5.	EFEITOS DOS CONTRATOS - OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS, OS VÍCIOS DO PRODUTO E A EVICÇÃO	241
5.1	Introdução	241
5.2	Os vícios redibitórios no Código Civil	241
5.3	Os vícios do produto no Código de Defesa do Consumidor	253
5.4	A evicção.....	259
5.5	Resumo esquemático	271
5.6	Questões correlatas	274
	Gabarito	284
6.	A EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	285
6.1	Introdução	285
6.2	Extinção normal dos contratos	286
6.3	Extinção por fatos anteriores à celebração	287
6.4	Extinção por fatos posteriores à celebração.....	293
6.5	Extinção por morte de um dos contratantes.....	316
6.6	Resumo esquemático	317
6.7	Questões correlatas	317
	Gabarito	326
7.	CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA COMPRA E VENDA.....	327
7.1	Conceito de compra e venda e seus elementos principais	327
7.2	Natureza jurídica do contrato de compra e venda	333
7.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato	335

7.4	Restrições à compra e venda.....	338
7.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC).....	338
7.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC).....	346
7.4.3	Da venda de bens sob administração. As restrições constantes do art. 497 do CC	347
7.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum. O direito de prelação legal do condômino (art. 504 do CC).....	349
7.5	Regras especiais da compra e venda	353
7.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC)	353
7.5.2	Venda a contento ou sujeita a prova (arts. 509 a 512 do CC).	355
7.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC)	357
7.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC)	360
7.6	Das cláusulas especiais da compra e venda.....	361
7.6.1	Cláusula de retrovenda.....	362
7.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional.....	365
7.6.3	Cláusula de venda sobre documentos.....	370
7.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio.....	372
7.7	Resumo esquemático	381
7.8	Questões correlatas	381
	Gabarito	387
8.	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA TROCA E DO CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	389
8.1	Da troca ou permuta.....	389
8.1.1	Conceito e natureza jurídica.....	389
8.1.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda	390
8.1.3	Troca entre ascendentes e descendentes.....	391
8.2	Contrato estimatório ou venda em consignação.....	392
8.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	392
8.2.2	Efeitos e regras do contrato estimatório.....	393
8.3	Resumo esquemático	397
8.4	Questões correlatas	397
	Gabarito	399

9. CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA DOAÇÃO	401
9.1 Conceito e natureza jurídica	401
9.2 Efeitos e regras da doação sob o prisma das suas modalidades ou espécies	406
9.2.1 Classificação da doação quanto à presença ou não de elementos acidentais.....	406
9.2.2 Doação remuneratória	408
9.2.3 Doação contemplativa ou meritória.....	409
9.2.4 Doação a nascituro	409
9.2.5 Doação sob forma de subvenção periódica.....	411
9.2.6 Doação em contemplação de casamento futuro (doação <i>propter nuptias</i>).....	412
9.2.7 Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges.....	413
9.2.8 Doação com cláusula de reversão.....	416
9.2.9 Doação conjuntiva	418
9.2.10 Doação manual.....	419
9.2.11 Doação inoficiosa.....	420
9.2.12 Doação universal.....	424
9.2.13 Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	426
9.2.14 Doação a entidade futura.....	428
9.2.15 Doação famélica.....	428
9.3 Da promessa de doação	430
9.4 Da revogação da doação.....	432
9.5 Resumo esquemático	438
9.6 Questões correlatas	439
Gabarito	446
10. CONTRATOS EM ESPÉCIE - LOCAÇÃO DE COISAS E FIANÇA.....	447
10.1 Locação. Conceitos gerais.....	447
10.2 Locação de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC).....	448
10.3 Locação de imóvel urbano residencial ou não residencial. Estudo da Lei de Locação (Lei 8.245/1991) e das alterações incluídas pela Lei 12.112/2009.....	456
10.3.1 Introdução.....	456
10.3.2 Características e regras gerais da Lei de Locação. Aspectos materiais	463

10.3.3	Deveres do locador e do locatário na locação de imóvel urbano	472
10.3.4	Regras quanto à extinção da locação residencial e da locação para temporada	476
10.3.5	Regras quanto à extinção da locação não residencial	480
10.3.6	O direito de preferência do locatário.....	489
10.3.7	Benfeitorias e nulidades contratuais.....	492
10.3.8	Transferência do contrato de locação	495
10.3.9	As garantias locatícias.....	498
10.3.10	Regras processuais relevantes da Lei de Locação. As ações específicas	503
10.3.10.1	Da ação de despejo (arts. 59 a 66 da Lei 8.245/1991) ...	504
10.3.10.2	Da ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação (art. 67 da Lei 8.245/1991).....	515
10.3.10.3	Da ação revisional de aluguel (arts. 68 a 70 da Lei 8.245/1991)	517
10.3.10.4	Da ação renovatória (arts. 51 a 53 e 71 a 75 da Lei 8.245/1991)	521
10.3.10.5	Das regras processuais comuns (art. 58 da Lei 8.245/1991)	528
10.4	Contrato de fiança	530
10.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	530
10.4.2	Efeitos e regras relativas à fiança	538
10.4.3	Extinção da fiança.....	550
10.4.4	A impenhorabilidade do bem de família do fiador	552
10.5	Resumo esquemático	560
10.6	Questões correlatas	564
	Gabarito	572
11.	CONTRATOS EM ESPÉCIE - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E EMPREITADA.....	573
11.1	Introdução	573
11.2	O contrato de prestação de serviço	575
11.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	575
11.2.2	Regras do contrato de prestação de serviços previstas no Código Civil de 2002	577
11.2.3	A extinção da prestação de serviço e suas consequências jurídicas	581

11.3	O contrato de empreitada.....	589
11.3.1	Conceito e natureza jurídica.....	589
11.3.2	Regras específicas quanto à empreitada no Código Civil de 2002.....	591
11.3.3	Extinção do contrato de empreitada	599
11.4	Resumo esquemático	599
11.5	Questões correlatas	601
	Gabarito	608
12.	CONTRATOS EM ESPÉCIE DO EMPRÉSTIMO (COMODATO E MÚTUO) E DO DEPÓSITO.....	609
12.1	Do contrato de empréstimo. Introdução.....	609
12.2	Do comodato ou empréstimo de uso.....	610
12.3	Do mútuo ou empréstimo de consumo.....	619
12.4	Do contrato de depósito.....	627
12.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	627
12.4.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	628
12.4.3	O depósito necessário.....	636
12.4.4	A prisão do depositário infiel na visão civil-constitucional.....	637
12.5	Resumo esquemático	641
12.6	Questões correlatas	643
	Gabarito	648
13.	CONTRATOS EM ESPÉCIE - DO MANDATO	649
13.1	Conceito e natureza jurídica	649
13.2	Principais classificações do mandato.....	655
13.3	Regras e efeitos do mandato.....	658
13.4	Do substabelecimento.....	662
13.5	Extinção do mandato.....	664
13.6	Resumo esquemático	668
13.7	Questões correlatas	670
	Gabarito	676
14.	CONTRATOS EM ESPÉCIE - DA COMISSÃO, DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO E DA CORRETAGEM	677
14.1	Introdução.....	677

14.2	Da comissão	677
14.3	Da agência e distribuição	684
14.4	Da corretagem.....	691
14.5	Resumo esquemático	703
14.6	Questões correlatas	704
	Gabarito	707
15.	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO TRANSPORTE	709
15.1	Conceito e natureza jurídica	709
15.2	Regras gerais para o contrato de transporte.....	713
15.3	Do transporte de pessoas.....	720
15.4	Do transporte de coisas	740
15.5	Resumo esquemático	745
15.6	Questões correlatas	746
	Gabarito	749
16.	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DO CONTRATO DE SEGURO	751
16.1	Conceito e natureza jurídica	751
16.2	Regras gerais quanto ao contrato de seguro constantes do Código Civil.....	755
16.3	Do seguro de dano	783
16.4	Do seguro de pessoa.....	791
16.5	Resumo esquemático	803
16.6	Questões correlatas	805
	Gabarito	810
17.	CONTRATOS EM ESPÉCIE – DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA E DO JOGO E APOSTA	811
17.1	Da constituição de renda.....	811
17.2	Do jogo e da aposta	815
17.3	Resumo esquemático	820
17.4	Questões correlatas	820
	Gabarito	821
18.	CONTRATOS EM ESPÉCIE DA TRANSAÇÃO E DO COMPROMISSO	823
18.1	Introdução	823

18.2 Da transação.....	823
18.3 Do compromisso e da arbitragem.....	830
18.4 Resumo esquemático	844
18.5 Questões correlatas	844
Gabarito	846
BIBLIOGRAFIA	847

FLÁVIO
TARTUCE

DIREITO CIVIL

DIREITO DE FAMÍLIA

16^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



5
VOL.



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos a época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.12.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198d
Tartuce, Flávio, 1976-

Direito Civil: direito de família / Flávio Tartuce. – 16. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.
(Direito civil; 5)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9379-5

1. Direito civil – Brasil. 2. Direito de família – Brasil. I. Título.

20-68304

CDU: 347.6(B1)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

1. DIREITO DE FAMÍLIA – INTRODUÇÃO	1
1.1 Conceito de direito de família. Estágio atual.....	1
1.2 O novo direito de família. Princípios.....	5
1.2.1 Direito Civil Constitucional e Direito de Família.....	5
1.2.2 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988).....	7
1.2.3 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988).....	15
1.2.4 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC).....	17
1.2.5 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC).....	18
1.2.6 Princípio da igualdade na chefia familiar (arts. 1.566, III e IV, 1.631 e 1.634 do CC e art. 226, §§ 5.º e 7.º, da CF).....	22
1.2.7 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)...	22
1.2.8 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC).....	24
1.2.9 Princípio da afetividade.....	27
1.2.10 Princípio da função social da família.....	32
1.2.11 Princípio da boa-fé objetiva.....	33
1.3 Concepção constitucional de família.....	42
1.4 Resumo esquemático.....	46
1.5 Questões correlatas.....	48
Gabarito.....	49
2. CASAMENTO – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, INVALIDADE E EFEITOS DO CASAMENTO	51
2.1 Conceito e natureza jurídica do casamento. Regras iniciais.....	51

2.2	Da capacidade para o casamento. Diferenças entre incapacidade e impedimentos.....	56
2.3	Impedimentos matrimoniais no Código Civil de 2002.....	66
2.4	As causas suspensivas do casamento.....	70
2.5	Do processo de habilitação e da celebração do casamento.....	74
2.5.1	Casamento nos casos de moléstia grave.....	80
2.5.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis, ou in articulo mortis</i>	80
2.5.3	Casamento por procuração.....	82
2.5.4	Casamento religioso com efeitos civis.....	83
2.5.5	Casamento perante autoridade consular.....	85
2.6	Da invalidade do casamento.....	86
2.6.1	Introdução.....	86
2.6.2	Do casamento inexistente.....	88
2.6.3	Do casamento nulo.....	97
2.6.4	Do casamento anulável.....	104
2.6.5	Do casamento putativo.....	119
2.7	Prova do casamento.....	123
2.8	Efeitos e deveres do casamento.....	124
2.9	Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva.....	130
2.10	Resumo esquemático.....	136
2.11	● Questões correlatas.....	139
	Gabarito.....	146
3.	CASAMENTO. DIREITO PATRIMONIAL – REGIME DE BENS.....	147
3.1	Introdução. Conceito e princípios dos regimes de bens. Da ação de alteração do regime de bens.....	147
3.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	162
3.3	Pacto antenupcial. Conceito e regras.....	187
3.4	Regras especiais quanto ao regime de bens.....	195
3.4.1	Regime da comunhão parcial.....	195
3.4.2	Regime da comunhão universal.....	210
3.4.3	Regime da participação final nos aquestos.....	215
3.4.4	Regime da separação de bens.....	221
3.5	Resumo esquemático.....	225
3.6	● Questões correlatas.....	226
	Gabarito.....	237

4. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL. ANÁLISE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010 E COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	239
4.1 Introdução. Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela EC 66/2010. A infeliz reafirmação da separação de direito pelo CPC/2015. Análise crítica	239
4.2 Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010	262
4.2.1 O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato. Aprofundamentos necessários....	262
4.2.2 Preservação do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	269
4.2.3 A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto. Regras fundamentais quanto ao divórcio extrajudicial. O divórcio unilateral.....	273
4.2.4 Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal. Do julgamento parcial de mérito nas ações de divórcio (art. 356 do CPC/2015).....	294
4.2.5 A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	304
4.2.6 O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014). A guarda de animais de estimação e a aplicação das mesmas regras previstas para os filhos. Visão crítica	308
4.2.7 Alimentos na dissolução do casamento e a EC 66/2010. O problema dos alimentos pós-divórcio	334
4.2.8 A responsabilidade civil em decorrência da dissolução do casamento	336
4.2.8.1 Introdução. Direito de Família e responsabilidade civil. Premissas fundamentais para a compreensão do tema	336
4.2.8.2 A responsabilidade civil nas relações casamentárias. Os danos reparáveis.....	339
4.2.8.3 A possibilidade anterior de discussão da reparação de danos em sede de separação judicial. Impacto com a EC 66/2010 e com o CPC/2015.....	343
4.2.8.4 A reparação dos danos por quebra da fidelidade (antigo adultério).....	345
4.2.8.5 A reparação dos danos por infidelidade virtual.....	352
4.2.8.6 A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela (Lei 11.340/2006).....	361

4.2.8.7	O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária. Os casos dos maridos enganados pela gravidez da mulher.....	367
4.3	Resumo esquemático.....	370
4.4	Questões correlatas.....	371
	Gabarito.....	375
5.	DA UNIÃO ESTÁVEL.....	377
5.1	Introdução.....	377
5.2	Conceito de união estável e seus requisitos.....	384
5.3	Diferenças entre união estável e concubinato. A questão das uniões estáveis plúrimas ou paralelas. A monogamia como princípio da união estável.....	399
5.4	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	421
5.5	União de pessoas do mesmo sexo ou união homoafetiva.....	448
5.6	Resumo esquemático.....	463
5.7	Questões correlatas.....	464
	Gabarito.....	471
6.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO. DISPOSIÇÕES GERAIS, FILIAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FILHOS, ADOÇÃO E PODER FAMILIAR.....	473
6.1	Disposições gerais quanto ao parentesco.....	473
6.2	Filiação. Regras gerais. As antigas presunções de paternidade e as questões de biodireito. O criticável art. 1.601 do Código Civil e a parentalidade socioafetiva. Aprofundamentos quanto à posse de estado de filhos. A multiparentalidade como realidade jurídica da filiação. Primeiros impactos da decisão do STF, prolatada em repercussão geral (STF, RE 898.060/SC, julgada em 21.09.2016).....	481
6.3	Reconhecimento de filhos.....	531
6.3.1	Introdução.....	531
6.3.2	Reconhecimento voluntário.....	532
6.3.3	Reconhecimento judicial.....	537
6.3.3.1	Foro competente para apreciar a ação investigatória.....	542
6.3.3.2	Legitimidade ativa para a ação investigatória.....	544
6.3.3.3	Legitimidade passiva para a ação investigatória.....	546
6.3.3.4	Fundamentos jurídicos do pedido.....	546
6.3.3.5	Valor da causa e outros efeitos.....	547
6.3.4	Questões controvertidas quanto à ação investigatória de paternidade.....	549

6.3.4.1	Os alimentos na ação investigatória	549
6.3.4.2	A discussão da parentalidade socioafetiva na ação investigatória	550
6.3.4.3	A relativização da coisa julgada na ação investigatória	553
6.3.4.4	A obrigatoriedade do exame de DNA e a presunção de paternidade	557
6.4	Adoção	561
6.5	Poder familiar	586
6.6	Resumo esquemático	599
6.7	Adendo especial	602
6.7.1	Art. 1.601	602
6.8	Questões correlatas	612
	Gabarito	621
7.	DOS ALIMENTOS	623
7.1	Conceito de alimentos e pressupostos da obrigação alimentar	623
7.2	Características da obrigação alimentar e do direito aos alimentos	635
7.3	Principais classificações dos alimentos	665
7.4	Modalidades contemporâneas de alimentos. Alimentos compensatórios, gravídicos e <i>intuitu familiae</i>	670
7.5	Outras regras previstas no Código Civil de 2002. Revisão e extinção da obrigação de alimentos. Culpa e alimentos	681
7.6	Regras previstas na Lei 5.478/1968. Aspectos materiais e processuais atualizados perante o CPC/2015	697
7.7	Resumo esquemático	726
7.8	Questões correlatas	727
	Gabarito	736
8.	DO BEM DE FAMÍLIA	737
8.1	Introdução. O bem de família na perspectiva civil-constitucional	741
8.2	O bem de família convencional ou voluntário	741
8.3	Bem de família legal	745
8.4	Resumo esquemático	768
8.5	Questões correlatas	769
	Gabarito	774
9.	DO DIREITO ASSISTENCIAL DA TUTELA, DA CURATELA E DA GUARDA. ESTUDO ATUALIZADO PERANTE O CPC/2015 E O ESTABU- TUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	775
9.1	Introdução	775

XX DIREITO CIVIL • VOL. 5 – *Flávio Tartuce*

9.2 Da tutela	780
9.3 Da curatela	793
9.4 Da guarda	817
9.5 Resumo esquemático	821
9.6 Questões correlatas	821
Gabarito	825
BIBLIOGRAFIA	827